

ANEXO À PETIÇÃO PÚBLICA

Documento de fundamentação

«Por um nó de acesso direto ao IP3 ao serviço da Zona Industrial de Vila Nova de Poiares»

Apresentado à Assembleia da República pela AEDP – Associação Empresarial de Poiares

O presente documento constitui a fundamentação técnica e estratégica da petição pública submetida à Assembleia da República, destinando-se a expor, de forma sistematizada, os factos, as decisões já tomadas e as razões que sustentam o pedido nela formulado.

1. Objeto

A AEDP – Associação Empresarial de Poiares, entidade representativa do tecido empresarial do concelho de Vila Nova de Poiares, solicita uma medida estruturante e concreta: a criação de um nó de acesso direto ao IP3 que sirva diretamente a Zona Industrial de Vila Nova de Poiares, no âmbito das intervenções rodoviárias já aprovadas para o IP3 e para a variante à EN17.

2. Enquadramento e decisões já tomadas

O pedido não visa reabrir matérias já decididas, mas assegurar a sua concretização coerente e calendarizada. Com efeito:

O Governo aprovou, em dezembro de 2025, um programa de investimento de 502 milhões de euros na requalificação e duplicação do IP3, incluindo uma nova ligação à A13, com estudos, projetos de execução e concursos programados para o período de 2025 a 2035;

Foi aprovado o estudo de viabilidade da variante à EN17, entre o nó de Ceira (A13) e a Ponte Velha, promovido pela CIM – Região de Coimbra, cujo investimento foi estimado entre 77 e 94 milhões de euros e que concluiu pela viabilidade económica de todas as alternativas analisadas;

O traçado estudado da variante parte da Estrada da Beira (zona da Ponte Velha), atravessa a Zona Industrial do Município e termina no nó do Miro, sobre o IP3, prevendo-se, para o troço final, quer uma ligação direta ao IP3 através de novo nó (cerca de 7,2 milhões de euros), quer a ligação via nó do Miro (cerca de 8,8 milhões de euros).

Existe, pois, toda a base técnica e financeira para dotar o concelho de um nó que ligue diretamente a Zona Industrial ao IP3, com um custo marginal reduzido face ao investimento global já assumido.



AEDP

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE POIARES

3. O pedido concreto

A prioridade que a AEDP submete é a de garantir que dessa obra resulte, efetivamente, um nó de acesso direto ao IP3 ao serviço do polo industrial — e não um mero acesso genérico —, de modo que o tráfego pesado de mercadorias passe a alcançar a rede principal sem atravessar a vila nem depender da sinuosa e congestionada EN17.

4. Fundamentos económicos e territoriais

Está em causa a competitividade direta das empresas do concelho. A Zona Industrial de Vila Nova de Poiares concentra atividade exportadora e logística de mercadorias cuja viabilidade depende da eficiência do acesso ao IP3. Um nó dedicado reduz custos e tempos logísticos, viabiliza a expansão e a captação de novas indústrias, cria e fixa emprego e retira do centro urbano o tráfego pesado, com claros ganhos de segurança rodoviária. Inversamente, a ausência de um acesso direto perpetua um entrave estrutural ao crescimento de todo o território.

5. Oportunidade

Os passos decisivos estão a ser dados agora, encontrando-se em curso os estudos e projetos do IP3 e da variante à EN17, e sendo os próximos instrumentos de investimento público definidos a curto prazo. Este é, por isso, o momento determinante para acautelar esta prioridade. Os contributos da Associação encontram-se sistematizados no relatório «Acessibilidades e Desenvolvimento Territorial de Vila Nova de Poiares» (AEDP, maio de 2026), que se junta como documento complementar.

6. Pedido submetido à Assembleia da República

Em coerência com a petição, solicita-se à Assembleia da República que:

Reconheça como prioridade nacional a criação de um nó de acesso direto e dedicado ao IP3 ao serviço da Zona Industrial de Vila Nova de Poiares, no âmbito da requalificação e duplicação do IP3 e da variante à EN17;

Inste o Governo e a Infraestruturas de Portugal, S.A. a assegurarem que a localização e a construção desse nó sejam expressamente contempladas nos estudos e projetos de execução em curso, com calendário firme e financiamento inscrito nos próximos instrumentos de investimento público;

Acompanhe e fiscalize a concretização desta medida, dando-lhe o devido tratamento no âmbito das suas competências.

A AEDP coloca-se, com toda a abertura, ao serviço de uma articulação institucional construtiva e duradoura em torno desta matéria.

A Direção

AEDP – Associação Empresarial de Poiares

Documento complementar: relatório «Acessibilidades e Desenvolvimento Territorial de Vila Nova de Poiares» (AEDP, maio de 2026).